

O fenômeno da precarização laboral: uma investigação sobre as professoras da rede pública de ensino do município de Fortaleza

Karlinne de Oliveira Souza, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Cássio Adriano Braz de Aquino, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Resumo

O artigo analisa o processo de precarização laboral vivenciado pelas professoras da rede municipal de ensino da cidade de Fortaleza, Brasil. A base teórica da pesquisa aponta para uma nova configuração da realidade laboral e caracteriza um cenário demarcado por mudanças nas formas de contratação, intensificação do trabalho e aceleração dos tempos. Tal cenário compõe o que compreendemos por precarização laboral. A pesquisa tem caráter qualitativo. Para construção dos dados, utilizamos observação e entrevistas semi-estruturadas. A análise dos dados, orientada pela análise de conteúdo, permitiu-nos identificar o processo de precarização através do viés da intensificação laboral. As categorias de análise se agruparam nos blocos temáticos: complexidade de demanda de atuação na escola; cooperação familiar e questão social; Educação Inclusiva; condições e organização do trabalho. A partir destes temas, atentamos em como o processo de precarização laboral, aqui representado pela intensificação do trabalho, é compreendido a partir dessas categorias.

Palavras-chave: Psicologia do Trabalho; Precarização; Trabalho docente.

Introdução

O presente artigo parte de reflexões de uma pesquisa de mestrado, concluída em junho de 2015, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Brasil. Teve como objetivo analisar o processo de precarização laboral na trajetória docente a partir a percepção das professoras da Educação Fundamental I da rede municipal de ensino de Fortaleza.

As reflexões que subsidiam essa investigação tiveram como base a Psicologia Social, mais especificamente, a Psicologia Social do Trabalho. Nessa área, vários campos emergem com olhares diferentes para o processo de produção e para as relações

dos homens com o trabalho. A Psicologia Social do Trabalho que optamos pelo estudo parte de uma perspectiva psicossociológica, na qual compreende que esta categoria possui outras conotações além das funções estritamente econômicas.

O trabalho figura como um fenômeno estruturante para a experiência subjetiva. Conforme Blanch (1996), o trabalho é um meio de ganhar a vida, estruturação do cotidiano, regulação dos contratos sociais e produção de identidades. Ele possui funções econômicas, entendido como via de acesso a produção, distribuição e consumo de bens e serviços necessários para a sobrevivência material; sociopolíticas, como meio de integração de cidadania na vida social e política e modo de prevenção de conflitos e exclusão social; e psicossociais, como veículo propiciador de autonomia financeira, social e ideológica, organização do tempo cotidiano, eixo fundamental da atividade pessoal e familiar, fonte de papéis, status, prestígio e identidade social, ocasião para o desenvolvimento de condutas, projetos e realizações profissionais e experiência de sentido de vida.

Com as transformações operadas ao longo dos últimos 30 anos no mundo do trabalho, muitos são os questionamentos que emergem em relação à possível perda de centralidade que essa categoria ocupa na vida dos sujeitos e também como veículo de integração social. Tais transformações apontam para uma nova configuração da realidade laboral. Esta configuração é demarcada por mudanças nas formas de contratação, pela intensificação do trabalho e aceleração dos tempos, ademais do enfraquecimento da coesão social garantida pelo trabalho advinda com a individualização extrema das relações laborais. Estes aspectos podem ser tomados como características do fenômeno da precarização laboral (Antunes, 1998; Aquino, 2008), norteador de nossa investigação.

Intensifica-se, portanto, o questionamento sobre o sentido e o lugar do trabalho na estrutura social, sua centralidade na construção da experiência subjetiva e sua capacidade de garantir a coesão social, como discutem Méda (1998), Riffkin (1996), entre outros. De acordo com Alonso (2000), o contexto laboral contemporâneo, marcado pela égide da flexibilidade, da precarização e do risco, está provocando uma constante sensação de frustração e vazio em todos os níveis da pirâmide laboral.

O trabalho docente e o fenômeno da precarização laboral foram as principais categorias de nossa investigação. Muitas investigações e análises a respeito dessa atividade surgiram nas duas últimas décadas, sugerindo uma notada precarização do trabalho docente nas instituições (Milani, Fiod, 2008; Carvalho, 1996; Oliveira, 2004).

Consideram que o profissional da educação, à semelhança de outros trabalhadores, sofre consequências advindas do processo de precarização laboral (Milani, Fiod, 2008).

Para esta investigação, partimos do pressuposto de que o trabalho docente vem passando por um processo paulatino de precarização. No cenário de ensino nas escolas públicas de Fortaleza, pressupomos também uma precarização deste trabalho. Isto se tornou evidente, principalmente, após as muitas manifestações, paralisações e greves que aconteceram nos últimos anos, de modo a lançar luz sobre a situação dos professores.

Um estudo sobre o processo de precarização laboral pode nos permitir uma compreensão e um diagnóstico exploratório sobre o papel do trabalho na esfera social. Pensar a relação entre subjetividade e trabalho implica analisar como os sujeitos vivenciam e dão sentidos às suas experiências, o que implica também compreender os processos através dos quais as experiências do trabalho conformam modos de agir, pensar e sentir.

O trabalho docente no ensino público e o processo de precarização laboral

O trabalho penoso, degradante e precário sempre esteve presente na história da humanidade. A precariedade laboral, por conseguinte, não é fenômeno recente. Castel (2008) afirma que por muito tempo a condição assalariada significava degradação da condição humana; para Beck (2000), na Modernidade, o emprego precário correspondia à regra na sociedade; para Borsoi (2011), já no século XIX, o capitalismo no contexto europeu desenvolveu-se tendo o trabalho degradante o seu principal fundamento. Entretanto, para tratarmos deste fenômeno, estabelecemos como marco norteador a reestruturação produtiva iniciada na década de 1970, quando houve a implementação do modelo de acumulação flexível e uma série de mudança nas relações de trabalho (Lima, Barros, Aquino, 2012; Borsoi, 2011).

Segundo Agulló (2001), a precarização deve ser compreendida em termos históricos, como resultado da crise do Estado de Bem-Estar Social. Assinala-se, a partir desse marco, uma crise da sociedade do trabalho, que ocorre na medida em que a prestação de serviços e a proteção aos trabalhadores diante de situações de desamparo e risco se veem debilitadas pelo conjunto de políticas neoliberais. Anteriormente compreendidas como deveres do Estado, tais práticas políticas passam a uma realidade marcada pelo discurso da flexibilidade e da autorregulação do mercado.

Para Castel (2008), a precarização é um processo que envolve aspectos importantes, a saber, a desestabilização dos estáveis, a inserção dos trabalhadores na precariedade e aumento do desemprego. Esse processo torna o estado laboral instável e desemboca em situações de exclusão social, causando disfunções nos processos de inserção, participação e coesão social (Agulló, 2001).

No que diz respeito ao trabalho docente, muitas são as pesquisas que versam sobre a precarização dessa categoria. Entre elas, podemos citar os trabalhos de Oliveira (2004), Carvalho (1996), Milani e Fiod (2008), Assunção e Oliveira (2009). Tais pesquisas afirmam que as mudanças no mundo do trabalho atingem não somente os operários e os trabalhadores de outros setores, mas também afetam os profissionais da educação. Este processo tem consequências sobre a vida das pessoas: um crescente adoecimento. Como observam Hirata e Préteceille (2002), a precarização tem efeitos sobre a vida cotidiana além do trabalho e também sobre a própria relação com o trabalho.

Segundo Therrien (1998), o cenário é considerado “preocupante”, no que diz respeito à situação da docência atualmente. Aspectos como formação, carreira, remuneração, condições de trabalho e produtividade são considerados como “lamentáveis”.

Diante dos estudos supracitados, fica evidente que o processo de precarização é um elemento de destaque e que perpassa a carreira docente: flexibilidade, baixos salários, extensas jornadas laborais, falta de controle sobre seu trabalho, entre outros. As consequências desse processo para os professores em geral são diversas e também ganham ênfase, como abandono da profissão e insatisfação com a carreira, como colocado por Nóvoa (1999).

Durante nossa investigação, sete professoras foram entrevistadas. Todas atuavam no sistema público de ensino há mais de dez anos e tinham faixa etária de 45 a 55 anos. A exceção de duas, todas eram casadas e tinham dois ou mais filhos.

Alguns temas e ideias perpassaram todas as entrevistas, a saber: a desvalorização do magistério, a questão familiar dentro da escola (não apoio dos pais/familiares dos estudantes), a questão social, os múltiplos papéis assumidos pelas professoras, a sensação de solidão e desamparo, a problemática da educação inclusiva e, sobretudo, a temática da Saúde Mental. Foram citadas de forma significativa, ainda que com menor frequência: a diferença entre o ensino público e privado (com exceção de uma professora, todas tiveram a escola particular como o início de suas trajetórias laborais),

a questão temporal em termos de lazer e de estudos de formação, as condições de trabalho, os aspectos salariais e a cobrança sentida pelo sistema, pela sociedade e pelos pais.

Enquanto achávamos óbvio que as condições salariais ou a organização do trabalho aparecessem como os principais obstáculos no exercício da profissão, a família apareceu de forma unânime em todas as entrevistas como o grande entrave, “*é como eu sempre falo, que o nosso maior problema é a família*” (Entrevistada n. 3). Em relação à Saúde Mental, percebi que as entrevistas serviram como um momento de desabafo e quase um pedido de socorro, “*acaba sendo um desabafo e vai ser mostrado a um público que existe essa realidade, que existe essa dor, essa angústia*” (Entrevistada n. 7).

A desvalorização do magistério foi apontada como um grande entrave da Educação por parte de nossas entrevistadas. Apesar de não ser um discurso recente, este fenômeno tem sido agravado na atualidade. De acordo com Oliveira (2004), o processo de desvalorização sofrido pelos professores emerge no contexto das reformas educacionais efetivadas a partir do final da década de 1980. Tais reformas tiveram um impacto na atividade realizada, em termos de perda de autonomia e intensificação do trabalho, e também na imagem construída socialmente em torno da profissão docente.

Não é à toa, portanto, que a “valorização dos profissionais da educação” é uma das metas para o Plano Nacional de Educação (2004/2024), “Meta 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE” (Brasil, 2014).

No discurso de nossas entrevistadas percebemos a intensificação laboral, pautada pela extensão da jornada de trabalho para conseguir melhores condições, como também ilustra que a desvalorização não é respalda apenas pelo viés salarial, mas, sobretudo pela sociedade. Essa desvalorização profissional é, portanto, uma questão que vai além do recebimento de baixos salários. Ela tem fortes implicações subjetivas para as docentes, que são experienciadas por sentimentos de abandono, solidão, tristeza e vergonha frente a sua realidade laboral.

Além do sentimento de desvalorização profissional, houve uma mudança na função social da escola, no qual os professores têm tido um papel que vai além da própria transmissão de conhecimentos: eles também são um suporte (afetivo e assistencial) para essas crianças. Diante de tantas dificuldades decorrentes de questões

sociais, as professoras se veem muitas vezes como mães e pais desses alunos, pois frequentemente assumem responsabilidades que não lhes cabem, por exemplo, levar as crianças ao médico, ao dentista, entre outras atividades. Tais responsabilidades são assumidas sem muitos questionamentos e vistas quase como uma obrigação da profissão.

Além da função familiar, muitas vezes também no contexto escolar as professoras se veem também como agentes burocráticos, assistentes sociais, psicólogas, responsáveis pela fiscalização do recebimento do bolsa família, o que lhes confere um aumento significativo da carga de trabalho diário. Enquanto a escola deveria ser um espaço multi e interdisciplinar, as funções que deveriam ser de vários profissionais são concentradas em um único, o docente.

Nessas situações, ocorre uma interrupção da tarefa prescrita, o ensino, e outras atividades secundárias ganham destaque, principalmente em termos assistenciais para essas crianças. Dessa forma, o real da atividade acaba reconfigurando a atividade. Aqui, atentamos para a diferença entre o trabalho prescrito, aquilo que deve ser feito; atividade real, aquilo que é efetivamente feito; e o real da atividade, aquilo que pode ser feito, mas não se faz, as atividades suspensas, sem possibilidades de realização (Lima, 2007). Assunção e Oliveira (2009) destacam que esses outros eventos se sobrepõem e concorrem com a atividade diretamente realizada, aumentando, desse modo, a experiência de intensificação de suas atividades.

A experiência de intensificação do trabalho, portanto, é também evidenciada pela multiplicidade de papéis assumidos no campo profissional, seja na perspectiva de viabilizar a política da educação inclusiva oferecida pela escola, seja diante da complexificação do universo de atuação da escola. No que se refere à educação inclusiva, há a política e a determinação do sistema de educação, porém não há qualquer tipo de suporte para o professor, tampouco formação para lidar com esses alunos. A realidade com a qual nos deparamos na escola foi a de um professor cansado, vulnerável, no limite, tendo que lidar com uma sala de aula muitas vezes superlotada e tendo ainda que dedicar atenção especial a alguns alunos.

Juntamente com a desvalorização, a não assistência prestada ao professor no que diz respeito à política de educação inclusiva, a falta cooperação e ausência dos pais na escola é outro fator que contribui para a intensificação da atividade docente das professoras entrevistadas, evidenciando esse quadro de precarização pelo qual vem passando a profissão.

As professoras se referiram, ainda, que eram cobradas a realizar um trabalho, mas não lhes eram oferecidas condições para tal realização. Quando questionadas sobre que condições seriam essas, apareceram elementos que acreditamos formar duas categorias conhecidas nos estudos ergonômicos sobre o trabalho, a saber, Condições de Trabalho e Organização do Trabalho.

As Condições de Trabalho dizem respeito à infra-estrutura, quanto à práticas administrativas. Engloba aspectos relativos ao ambiente físico, aos instrumentos, aos equipamentos, à qualidade do material, ao suporte organizacional, entre outros (Mendes, Ferreira, 2008). Houve uma melhora considerável quanto a este aspecto na escola estudada. A escola dispõe de bom aparato tecnológico (data show, notebook, computadores para os estudantes, ar condicionado na sala dos professores) e material didático (livros didáticos e paradidáticos).

Entretanto, ao considerarmos a docência uma atividade de serviço e não industrial, a melhoria das condições físicas ou dos equipamentos não é o suficiente, tendo em vista ser uma ocupação que demanda um alto investimento do sujeito trabalhador. Tais recursos são suportes importantes, mas não garantem a qualidade do serviço prestado.

A Organização do Trabalho, de forma geral, corresponde a: divisão do trabalho, tanto hierárquica, quanto técnica e social; elementos relacionados à produtividade; regras formais da instituição que norteiam e orientam as práticas de gestão e de benefícios; jornada de trabalho, turnos e pausas realizadas; prazos e pressões; elementos relativos ao controle da produção e dos trabalhadores; e a característica da tarefa realizada (Mendes, Ferreira, 2008).

No que se refere a essa dimensão de análise, não é novidade, portanto, que a desvalorização da profissão e os baixos salários são dimensões que afetam sobremaneira o trabalho docente. O próprio sistema reconhece que a remuneração oferecida aos professores é defasada. A criação de um piso nacional único para a educação pública foi uma reivindicação histórica dos professores. Com o estabelecimento da lei que aprovou o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (PSPN), Lei nº 11.738/2008, acreditou-se que haveria uma melhoria na realidade de trabalho, principalmente para a valorização profissional (Brasil, 2014).

A única vantagem, segundo as entrevistadas, que a categoria conseguiu nos últimos tempos reside na lei do Piso. Esta lei determinou, no que se refere à composição da jornada de trabalho: “deverá ser observado o limite máximo de 2/3 da carga horária

para o desempenho das atividades de interação com alunos. Desse modo, no mínimo 1/3 da jornada de trabalho deve ser destinado às atividades extraclasse” (Brasil, 2007, p. 54). Este 1/3 conseguido é apontado como a única melhoria vivenciada nos últimos tempos. Através dele, é possível descansar e planejar aulas. No entanto, é insuficiente esse tempo para estudo.

Seguindo essa tipologia apontada por Druck (2011), nossos dados apontam para dois tipos de precarização: uma intensificação laboral vivenciada pelas professoras, devido, entre muitos fatores, a polivalência, ao acúmulo de funções, a questão social, a educação inclusiva, a relação da família com a escola dentre outros fatores, desembocando em insegurança; e Saúde no trabalho.

A precarização vem sendo caracterizada, como explicitamos anteriormente, pela diminuição ou ausência de seguridade e previdência social; falta de confiança na representação política e sindical; no aumento crescente do desemprego; no aumento de contratos atípicos tais como os terceirizados, subcontratados, entre outros. Entretanto, para análise do processo de precarização da carreira docente no âmbito público, é importante atentar-nos para o aparecimento de outros elementos que não estes tradicionalmente apontados.

A complexidade da demanda de atuação na escola, expressada através do sentimento de desvalorização e de solidão, realização de atividades de outros campos de formação e diferença dos contextos do ensino público e privado; a mudança na forma de cooperação familiar e a questão social; a Educação Inclusiva; e as Condições e Organização do Trabalho, retratados pela remuneração, pelo lazer, tempo de trabalho e formação profissional foram elementos encontrados em nossa investigação, que possibilitaram uma nova leitura do fenômeno da precarização na trajetória laboral docente. Todos esses aspectos denotam uma extrema intensificação do trabalho das professoras, o que evidencia o fenômeno a que nos propusemos a estudar.

Novas demandas surgem para o cenário educacional, resultado das reformas educacionais surgidas a partir da década de 1990. Estas reformas orientaram-se para a busca por uma maior equidade social. A escola e, conseqüentemente, o trabalho docente passam por uma transformação e adquirem novos contornos: a expansão do ensino básico como resposta para a redução das desigualdades sociais, de modo a garantir o acesso à Educação para aqueles não conseguiram manter-se na escola (Oliveira, 2004).

A partir desse quadro, a educação e a escola adquirem novas funções sociais, além da capacitação para o trabalho formal, passou a ser vista e tida como um caminho

para a diminuição da miséria e da pobreza. Atualmente, as políticas do sistema de ensino apresentam-se, sobretudo, como políticas sociais, na medida em que estão direcionadas à distribuição de renda mínima e à assistência (Oliveira, 2004; Assunção, Oliveira, 2009).

As professoras descreveram uma significativa mudança em termos estruturais e materiais do ingresso no ensino público até os dias de hoje. Há 10 anos, as escolas não tinham espaço, faltava material didático para os alunos, havia poucos recursos para a sala de computação e para a biblioteca. Hoje em dia, essa realidade é percebida de forma diferente. As escolas contam com mais investimentos, as bibliotecas têm um grande acervo disponível para os estudantes, há uma sala com mais de 30 computadores, embora sem uso atualmente. No entanto, enquanto, por um lado, houve uma significativa melhora nas condições de trabalho, por outro, a execução da atividade tornou-se mais difícil.

Na escola investigada, observamos que novos elementos apareceram para reconfigurar a atividade das professoras. Estes impactam sobremaneira no fazer docente, intensificando-o. A intensificação do trabalho docente é o elemento central do processo de precarização pelo qual passa a categoria. Nossas unidades de análise puderam, portanto, ser tomadas como evidência dessa intensificação, que tem como consequência o crescente adoecimento das professoras.

Considerações Finais

A precarização laboral foi compreendida conforme proposta por Aquino (2008), numa perspectiva processual, na qual a dimensão temporal é imprescindível para o reconhecimento do processo de vulnerabilização e intensificação laboral da atividade docente.

Observamos que a atividade docente mudou no decurso dos anos. A mudança nessa trajetória perpassa o ideário construído socialmente em torno do trabalho do professor: antigamente, havia um quadro de atributos que distinguia a atividade docente de outras profissões, de modo que o professor gozava de certa autonomia, ao mesmo tempo em que possuía uma valorização social em função de sua condição de funcionário público. No entanto, a multiplicidade dos papéis, a ausência da família dos estudantes, a questão da Educação Inclusiva, entre outros, são aspectos que permeiam e reconfiguram a atividade docente no contexto atual. Tais aspectos aparecem como intensificadores da atividade das professoras neste estudo.

As professoras, em geral, dispunham de boas condições de trabalho. Na verdade, como explicitaram em algumas entrevistas, houve uma melhora nesse quesito: não faltam computadores, material para os alunos, aparelhos eletrônicos, entre outros. Apesar disso, o quadro crescente e frequente de adoecimento decorrente de seu cotidiano de trabalho foi colocado em evidência. Compreendemos esse paradoxo a partir da ampliação de nossa concepção, na qual compreendemos que a precarização não diz respeito apenas às condições de trabalho, mas sobretudo à organização desse trabalho, a uma perda gradativa do sentido desse trabalho pela sua intensificação.

Na medida em que as condições melhoram, a reconfiguração da profissão, principalmente após as reformas educacionais nas últimas décadas, demanda novas exigências às profissionais. As professoras têm que lidar não apenas com a transmissão do ensino e o desempenho dos alunos, mas também se veem implicadas com trâmites burocráticos, tais como relatórios individuais de alunos; atuar como fiscalizadoras de programas e políticas do governo; como assistentes sociais, psicólogas; têm que lidar com a violência; entre outros. Todos esses aspectos são dificuldades encontradas diariamente pelas docentes para o desenvolvimento de suas atividades e que não estavam presentes em momentos anteriores da carreira docente, pelo menos não como demanda cotidiana, mas apenas residual.

Infelizmente, essa realidade não é algo inédito à cidade de Fortaleza, mas parece ser uma evidência da realidade atual da profissão. A intensificação do trabalho docente, portanto, foi o grande elemento para compreendemos a precarização laboral, e pode ser evidenciada a partir de nossas categorias de análise.

Referências Bibliográficas

Agulló, E. (2001). Entre la precariedad laboral y la exclusión social: los otros trabajos, los otros trabajadores. In Agulló, E., Ovejero, A. *Trabajo, individuo y sociedad*. (pp.95-144). Madrid: Piramide.

Alonso, L. E. (2000). *Trabajo y posmodernidad: el empleo débil*. Madrid: Editorial Fundamentos.

Antunes, R. (1998). *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Rio de Janeiro: Cortez Editora.

Aquino, C. A. B. (2008). O Processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social. *O Público e o Privado*, 11, 169-178.

- Assunção, A. Á., Oliveira, D. A. (2009). Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educação e Sociedade*, 30, 107, 349-372.
- Beck, U. (2000). *Un nuevo mundo feliz: la precariedad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.
- Blanch, J. (1996). Psicologia Social del trabajo. In Alvaro, J. L, Garrido, A., Torregrosa, J. R. *Psicología Social Aplicada*. Madrid: MacGraw-Hill.
- Borsoi, I. C. F. (2011). Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. *Convergência, Revista de Ciências Sociais*, 55, 113-133.
- Brasil. (2007). Ministério da Educação. MEC/SEESP. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP.
- Brasil. (2014). Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), *Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*.
- Castel, Robert. (2008). *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Carvalho, M. P. (1996). Trabalho docente e relações de gênero: algumas indagações. *Revista Brasileira de Educação*, 2, 77-84.
- Druck, G. (2011). Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios?. *CADERNO CRH*, 24, 01, 37-57.
- Hirata, H., Préteceille, E. (2002). Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das ciências sociais na França. *CADERNO CRH*, 37, 47-80.
- Lima, M. E. A. (2007). Contribuições da Clínica da Atividade para o campo da segurança no trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 32, 115, 99-107.
- Lima, C. A., Barros, E. M. C., Aquino, C. A. B. (2012). Flexibilização e intensificação laboral: manifestações da Precarização do trabalho e suas consequências para o Trabalhador. *Revista LABOR*, 1, 7, 102-125.
- Méda, D. (1998). *El trabajo: um valor em peligro de desaparición*. Barcelona: Gedisa.
- Mendes, A. M., Ferreira, M. C. (2008). *Trabalho e Riscos de Adoecimento: o caso dos auditores-fiscais da previdência social brasileira*. Brasília: Ler, Pensar e Agir.
- Milani, N. Z.; Fiod, E. G. M. (2008). Precarização do trabalho docente nas escolas públicas do Paraná (1990-2005). *Roteiro*, 33, 1, 77-100.
- Nóvoa, A. (1991). Para o estudo sócio histórico da gênese e do desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*, 4, 109-139.

Oliveira, D. A. (2004). A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, 89, 25, 1127-1144.

Riffkin, J. (1996). *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books.

Tardif, M., Lessard, C. (2011). *O trabalho docente*. Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ.

Therrien, A. (1998). *Trabalho docente*. Uma incursão no imaginário social brasileiro. São Paulo: EDUC.